

O DESAFIO DAS DIVERGÊNCIAS

J. M. PAQUETE DE OLIVEIRA*

Assistimos recentemente a dois acontecimentos muito significativos para a história das ciências da comunicação em Portugal: a fundação da SOPCOM – a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Fevereiro de 98) e a realização do 1.º Congresso «As Ciências da Comunicação na viragem do século» (Março de 1999).

Este congresso constituiu uma excelente manifestação das capacidades que uma vasta comunidade de investigadores a trabalharem neste domínio científico dispõem para ser declarada a «maioridade» das ciências da comunicação em (e de) Portugal.

A apresentação de quase duas centenas de comunicações, umas resultado da investigação que se está a fazer no nosso país, outras porventura apenas notícia da vontade daquilo que se quer fazer, representa bem o inventário do «estado da arte» deste campo no nosso país.

Todavia, porque este encontro é um convénio internacional, fundamentalmente lusófono e, por exigência do tema deste painel – «Convergências e Desafios» à investigação nas ciências da comunicação – em jeito de balanço, mas também de reflexão, vou procurar introduzir neste debate algumas considerações que me parecem pertinentes para tomarmos consciência do estado em que estamos neste domínio científico e de como podemos reunir sinergias neste enorme mundo lusófono para avançarmos na produção de conhecimento num campo tão importante e decisivo no tempo que vivemos.

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Ao contrário do que dizia Elihu Katz na abertura do nosso 1.º congresso, «pelas minhas contas», nós em Portugal, estamos muito aquém dos tais cem anos que na contagem de Katz, a partir da data do ensaio de Gabriel De Tarde «L' Opinion et la conversation» (Paris, 1899) conferia um centenário na idade que já leva a investigação no âmbito das ciências da comunicação.

A produção científica em qualquer disciplina está sempre penhorada às condições teóricas, ideológicas e sociais em que é produzida. Antes de prosseguir num breve enunciado que caracterize as etapas que marcam o ritmo do crescimento da investigação nas nossas ciências em Portugal, convém, portanto, referenciar alguns dos contextos determinantes em que essa investigação despontou e se desenvolve, o que remete para a análise de práticas e culturas de investigação diferentes e, por vezes até, em perfeito contraste. Adaptando uma conhecida classificação de Alvin Toffler, a das três vagas na história da informação/comunicação, eu diria que estamos no limiar da «3.ª vaga», marcada por uma nova relação interpessoal e interligada entre os diversos investigadores, grupos ou escolas.

É a esta fase que, muito justamente se poderá dizer, a fundação da SOPCOM e a realização do 1.º Congresso vieram dar impulso. E isto, depois um longo e descontínuo percurso, termos atravessado a 1.ª vaga, – a fase da relação com a «nossa natureza», a maneira de sermos e trabalharmos, no espaço do território académico onde nos movemos, – e, obviamente, a fase intermédia, a da 2.ª fase, aquela em que conjugámos, às vezes titubiantemente e com muitas contradições, os modos de aprendizagem e aferição das ferramentas de pesquisa, construindo novos programas e objectivos na demanda de «objectos» de estudo e investigação, mais específicos e mais bem definidos.

Ordenemos então as três vagas deste nosso trajecto.

A investigação, em especial no nosso país, está umbilicalmente ligada ao ensino, à universidade. Ora, a bem dizer, o ensino na área das ciências da comunicação, de modo estruturado, só se inicia no final dos anos setenta quando a Universidade Nova com a criação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (F.C.S.H, 1977/1978) vai ser a promotora da primeira licenciatura em comunicação. Em 1980/81, o ISCSP, da U.T.L, e a Universidade Católica, criam licenciaturas nestes domínios científicos. É verdade que será injusto esquecer a primeira das primeiras iniciativas neste campo, ou seja, o curso superior de Jornalismo que entre 1973 e 1978 esteve a funcionar no âmbito da Escola Superior de Meios de Comunicação Social, a funcionar nas instalações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tal iniciativa pertencera a um grupo empresarial na área da comunicação social em correspondência já então sentida à falta de cursos que ministrassem ensino para a formação de jornalistas. Pouco apoiado pelas

instituições académicas e envolvido noutro contexto social e político este curso no pouco tempo que existiu teve sempre um fim anunciado. Conforme escreve Manuel Pinto, «o ensino do jornalismo no seio da instituição universitária teve de defrontar-se com resistências várias, umas situadas no campo profissional e empresarial, outras provenientes do interior da própria Universidade» (Pinto, 1999, 17).

Todavia, na década de oitenta ainda, assiste-se à criação dos mais diversos cursos no domínio genérico de comunicação. Estes multiplicam-se desmesuradamente, configurando uma verdadeira «explosão» de cursos em áreas confinadas com as ciências da comunicação, explosão essa bem diagnosticada num relatório que, em 1996, Mário Mesquita e Cristina Ponte elaboraram a pedido da Comissão Europeia. Nesse relatório os autores inventariam o funcionamento de mais de 30 cursos nestes domínios que, por sua vez, dão abrigo a mais de 6.500 alunos. Aliás um outro documento importante para o conhecimento do «estado da arte» neste domínio é o já citado «Relatório» que o professor desta Universidade do Minho, Manuel Pinto, apresentou, este ano, aquando do seu concurso para professor associado. Contém excelente informação e análise sobre a evolução do ensino e investigação na área das ciências da comunicação e informação.

O tardio início do ensino das ciências da comunicação nas escolas portuguesas marca, portanto, o atraso no desenvolvimento da investigação neste específico domínio. Mas outros factores podem ser somados na explicação deste retardamento.

Numa comunicação apresentada ao 1.º Congresso das Ciências da Comunicação, o meu colega José Rebelo enumerava um conjunto de factores justificativos do atraso destas ciências em Portugal. Entre esses, devo destacar as nomeadas dificuldades na definição do objecto de ensino do conjunto destas disciplinas, «confundindo-se frequentemente, jornalismo, comunicação, relações públicas, publicidade», e a conseqüente incongruência na «definição dos conteúdos e na respectiva adequabilidade à realidade social portuguesa». Igualmente, não menos responsável, será a indefinição relativamente aos destinatários desses cursos e à constituição dos corpos docentes com formação em áreas não específicas no domínio da comunicação/informação (Rebelo, 1998).

Quando invoco um período da «1.ª vaga», refiro, sobretudo, a fase embrionária, aquela em que «cabouqueiros» desta matéria, no lançamento dos primeiros cursos ou na iniciação de primeiras investigações, se consumiram demais em escusadas escaramuças de demarcação de território, fechando-se sobre si mesmos, cerrando fronteiras, com um certo receio uns dos outros.

Se é verdade que este comportamento não deixa de ser caracterizante da universidade portuguesa, entre nós, primeiros investigadores e docentes nesta área, por sermos muito poucos, e já termos arrancado tão tarde, só

contribuiu para agravar o nosso atraso. Como já não bastasse essa dita divisão dual entre as ciências *duras*, (objectivas, técnicas) e as ciências *moles*, (com «objectos» bastante difusos e metodologias dispersas), para fazer aumentar na comunidade científica a desconfiança por aqueles que trabalhavam em comunicação, tão facilmente confundida, ora tão só com comunicação social ou jornalismo, ora com publicidade ou marketing, ciências e cursos tidos como menores no universo mental das hierarquias da comunidade académica portuguesa.

É por isso que considero com efeitos positivos, a 2.^a vaga, – a fase da explosão, – ou do «milagre da multiplicação dos cursos», noutra expressão de Mário Mesquita (Mesquita, 1997, 23). A explosão, naturalmente desorganizada e com alguns efeitos perversos no sistema de ensino, no mercado escolar e no mercado de emprego e, também, para os próprios agentes do processo, concorreu para quebrar a atrofia do estado de embrionarismo com guetos entrincheirados.

No meio de uma proliferação de cursos por todo o território nacional, às vezes na mira infundada de dar ao país muitos profissionais e jogando com o atraente «leit-motiv» de fácil sedução que a comunicação social tem para os jovens que acedem ao sistema de ensino, gerou-se grande confusão. Mas também surgiram novos e consolidados projectos, como aquele desta universidade que, agora e aqui, nos recebe neste congresso.

É a partir desta constatação que julgo pertinente problematizar outros factores condicionantes, que chamarei à colacção deste plenário, para conjecturar quanto as pontes de ligação com uma LUSOCOM, uma IBERCOM e outros espaços da lusofonia poderão ser decisivas para consolidarmos a «3.^a vaga».

Há factores que condicionam o nosso processo de crescimento e consolidação. Há condições que terão de ser estabelecidas para fazer do espaço lusófono, neste campo, um espaço de encontros e convénios proveitosos, mas porventura fortuitos, e sem aquela continuidade que possa garantir uma outra vaga em resultados de aprofundamento mútuo, empenhado e cooperante no estudo e investigação de problemáticas comuns.

Relativamente aos factores que condicionam o nosso crescimento e consolidação, chamaria a atenção dos seguintes pontos:

No sector do ensino importa delimitar o estatuto teórico-metodológico dos diferentes cursos e disciplinas que cobrem o vasto universo das classificadas ciências da comunicação. É preciso estabelecer sinergias, em complementaridades lógicas e de racionalidade gestatória, no empenho de interdisciplinaridades e transdisciplinaridades próprias. Mas é também necessário precisar a especificidade em objecto de estudo, perfil de candidatos e formação adequada de cada curso que se apresenta no «mercado

escolar». Importa resolver com lucidez e sem atropelos esta questão enunciada por Mário Mesquita no 1.º congresso da SOPCOM (1999): «A problemática das ciências da comunicação coloca-se numa encruzilhada de saberes, estruturada em volta de objectos e ofícios frequentemente considerados ilegítimos no meio académico», a que se juntam «as solicitações do mercado de emprego caracterizado pela fluidez e competitividade» (Mesquita, 1999).

O estudo e a investigação sobre a comunicação/informação, «objecto» de sua natureza multidisciplinar, exigem projectos interdisciplinares. Porém, é urgente esclarecer que o estudo do fenómeno comunicacional comporta muitas áreas que não se esgotam nos cursos de comunicação social e jornalismo.

Estamos assim numa situação em que é necessário procurar e exhibir legitimidade institucional e social. Nos cursos e na investigação.

Nos cursos com o reconhecimento claro do seu estatuto académico e lugar social. Na investigação, procurando conceder a este vasto e complexo domínio de abrangência das ciências da comunicação, uma classificação autónoma e reconhecida, quer para o financiamento dos projectos, quer para a avaliação desses mesmos projectos ou dos produtos gerados, quer para o próprio reconhecimento autónomo de centros de investigação nesta área. A declaração de emancipação e autonomia ainda está por completar.

Na sequência destas considerações e para ultrapassarmos este estado de encontros fortuitos no espaço lusófono, sem dúvida muito positivos e gratificantes como este congresso, deveríamos pugnar pelo estabelecimento de programas articulados e protocolos firmes no plano da investigação e do ensino, quer a partir de iniciativas das respectivas academias e centros de investigação e de formação, quer a partir do apoio institucional dos países que formam a lusofonia.

Para que a Sociedade da Comunicação e Informação se realize entre as pessoas e não apenas nas máquinas, talvez seja decisivo não perder espaços como este, o lusófono, com condições e características sociais e culturais, para ser um imenso campo de interesses e valores em comum, em contínua *comunicação*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MESQUITA, Mário e PONTE, Cristina, (1997), *Situação do Ensino e da Formação Profissional na área do Jornalismo*, Estudo elaborado para a Representação da Comissão Europeia em Portugal, Lisboa, (edição restrita), RCEP.
- PINTO, Manuel, (1999), *Jornalismo, Relatório do programa, conteúdo e métodos de ensino teórico e prático*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Ciências da Comunicação.
- REBELO, José, (1999), *O Ensino das ciências da comunicação em Portugal*, Lisboa, Comunicação ao I Congresso da SOPCOM.